

Declaração Política – 30 Setembro de 2014

Ex.^a Sr.^a. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

Exm.^o Sr. Presidente da Câmara

Examos Srs. Vereadores

Examos Senhores Deputados Municipais,

Meus senhores e minhas senhoras

Início a minha intervenção com algumas notas prévias:

Primeiro, quero felicitar o actual Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, pela sua vitória nas eleições primárias do Partido Socialista.

Segundo, quero registar com agrado que, após o assunto ter sido abordado na minha intervenção escrita, foram realizados ontem trabalhos de limpeza da Doca da Caldeira, que apesar de provisórios, melhoram significativamente a qualidade do lugar. Contudo continuamos a aguardar por uma solução mais definitiva.

Terceiro, gostaria de fazer menção às Jornadas Europeias do Património, que decorreram nos dias 26, 27 e 28 de Setembro um pouco por todo o País.

Trata-se de uma acção, com relevante interesse, cujo objectivo é aproximar os cidadãos europeus, independentemente das suas diferenças culturais e linguísticas, sensibilizando-os para a importância da protecção do Património, chamando a atenção para novos bens culturais e promovendo a abertura de edifícios históricos habitualmente fechados ao público.

Em Lisboa, por exemplo, destacamos a reabertura das Galerias Romanas da Rua da Prata, que habitualmente tem uma enorme procura, devido à janela temporal de visita ser bastante reduzida. É do conhecimento geral, as limitações técnicas que possibilitam a visita, mas não deixaria de ser importante equacionar soluções para que todos os que vivem e visitam Lisboa possam usufruir mais vezes desse espaço.

Centrando-me agora no tema da intervenção - o caso do Aquaparque do Restelo em Monsanto. Trata-se de um processo bastante polémico, aliás, um dos muitos que se vem arrastando ao longo do tempo, e que trás sérias preocupações aos Municípios de Lisboa, mas em particular à Associação de Moradores da Zona do antigo Aquaparque do Restelo, em Monsanto.

Quem passa de automóvel no alto do Restelo, em direcção a Algés, dificilmente se apercebe que outrora existiu ali, naquele local, um parque aquático. À direita, as árvores e o declive do terreno encobrem um espaço hoje sem qualquer tipo de actividade/animação, praticamente desconjuntado/abandonado.

Ninguém diria que este já foi um dos pontos mais requisitados de Lisboa nos dias quentes de Verão - mas isso foi há 21 anos atrás, antes de, no intervalo de 48 horas, terem falecido duas crianças, no interior do Aquaparque do Restelo sugadas pelas tubagens das piscinas.

Para quem se recorda e viveu os acontecimentos na altura, largamente cobertos pelos directos dos vários Órgãos de Comunicação Social, pela noite dentro, poderá causar estupefacção o sossego de agora. Ou *quicá* talvez não, pois se nada tivesse sucedido, provavelmente o empreendimento continuaria a funcionar sem problemas e a negligência do Estado Português face à ausência de regulamentação da actividade de parques aquáticos se arrastaria por muitos mais anos.

Já em 1997, durante o mandato do ex-presidente João Soares, a Câmara Municipal de Lisboa cedeu o direito de superfície à empresa “ *Aventura em Lisboa*”, por 50 anos e 1500 euros de renda, tendo esta empresa apresentado um projecto à CML com o aval positivo do então, Instituto do Turismo de Portugal, para a construção de um parque de diversões, semelhante ao de Sevilha, nos terrenos do malogrado Aquaparque.

Apesar da aprovação do projecto e da concordância das partes envolvidas, a CML, nunca viabilizou esta construção alegando que a empresa nunca entregou os estudos e projetos pedidos, como o estudo de ruído e impacto sonoro na zona. Por outro lado, a empresa acusa a câmara de nunca ter emitido a licença de construção.

Meus senhores, minhas senhoras

Depois deste trágico acontecimento, o Aquaparque do Restelo nunca mais abriu as suas portas ao público até aos dias de hoje, embora em 2008, portanto após 15 anos, o Senhor vereador Sá Fernandes, na altura vereador eleito pelo Bloco de Esquerda, tenha forçado a sua entrada por três vezes, no recinto do antigo aquaparque, recorrendo a um despacho com base em pareceres da polícia, bombeiros e serviços camarários, onde invocava o interesse público, uma vez que o espaço, tal como estava, oferecia perigo.

"É um património da Câmara de Lisboa em alto risco!", Alertou o mesmo. Após o seu feito heróico, aliás, já diziam os nossos antepassados, "*que há terceira é de vez*", prometeu "devolver em breve este espaço à cidade", acrescentando que "Queremos traçar um plano de intervenção geral e de uso. É urgente que este espaço tenha uso público", sendo a prioridade a limpeza dos terrenos, de forma a minimizar os riscos para *A posteriori* dotar esses mesmos terrenos de condições necessárias para que possam ser usufruídos.

Após 11 anos de imbróglis, "*O bom filho à casa sempre regressa*", tendo a área ocupada pelo Aquaparque, cerca de 8,1 hectares de terreno (81 mil metros quadrados) retornado à "casa mãe", por incumprimento da sociedade "*Aventura em Lisboa- Parque Temático de Diversões*".

Para justificar esta extinção do direito de superfície, o município aprovou em reunião de executivo, esta extinção, sem qualquer indemnização à empresa supra citada, com base nas alegações de que as obras deveriam ter ficado concluídas num prazo de 10 anos, e que a empresa nunca entregou um estudo sobre o ruído e impacto sonoro na zona.

Contudo, a empresa em questão, diligenciou uma acção administrativa contra a Câmara, por esta nunca ter diferido o pedido de licenciamento para o arranque das obras, reclamando uma indemnização no valor de aproximadamente 40 milhões de euros.

Com o descortinar do fim dos conflitos entre os concessionários do antigo aquaparque, o Sr. Vereador Sá Fernandes, em Março de 2009, anunciou que queria fazer do local um jardim porque "As piscinas estão todas destruídas, irrecuperáveis".

Mesmo a CML estando com problemas financeiros, o responsável pelos espaços públicos e espaços verdes, não estivéssemos nós em fim de mandato, e em início de campanha eleitoral, prometeu que em Setembro de 2009, o recinto do aquaparque, no Restelo, iria abrir ao público, embora com pequenos arranjos, e com algumas zonas vedadas por questões de segurança.

A preferência por concursos de ideias afinal não é peregrina unicamente no caso do futuro dos brasões da cidade de Lisboa. Para a mesma data da prometida abertura limitada do espaço, o Sr. Vereador Sá Fernandes anunciou um concurso de ideias que visava decidir que usos o recinto poderia ter no futuro.

Questionado sobre que usos poderão ser esses, apontava: "desde actividades ligadas aos desportos informais até aproveitar os edifícios existentes para ensaios de artes performativas, passando por utilizações ligadas à música, há muitas hipóteses".

Após as eleições, Sá Fernandes espera reabrir o espaço em 2011, negando que estes atrasos tenham sido consequência das complicações judiciais, alegando que não conseguiu fazer as obras necessárias.

Como não há regra sem excepção, quando termina mandato, há que preparar um novo programa, onde as mais diversas propostas, velhas e novas, saltam escandalosamente à vista.

À semelhança do que aconteceu em 2009, António Costa e José Sá Fernandes, renovaram em Junho de 2013 um novo acordo Político, pré-campanha, onde uma das prioridades é a reconversão do gorado Aquaparque do Restelo num jardim, a iniciar, naquele mês. Passou um ano, e o jardim ainda não brotou, continuando em processo de hibernação.

Estas últimas promessas foram já feitas, pouco tempo depois da Câmara receber uma sentença do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa que obriga a CML a reintegrar o terreno no Parque Florestal de Monsanto, tal como estava em 1987, portanto, antes da construção do parque aquático.

O Partido da Terra interroga-se porque é que o Município, ainda não deu cumprimento à sentença proferida, na sequência do acórdão do Supremo Tribunal Administrativo (STA), de 2009 e que na altura declarou, conforme requerido pela Associação de Moradores da Freguesia de São Francisco Xavier, nulas as deliberações camarárias que excluiriam do usufruto público, uma alargada área do Parque Florestal de Monsanto, mais especificamente, entre o Hospital de São Francisco Xavier e o bairro de Caselas.

Será que esta demora, estará hipoteticamente relacionada com uma possível intenção de constituir um condomínio privado semelhante ao da Quinta de Santo Antónimo? Ou então, com a edificação de uma unidade hoteleira que ocuparia na sua totalidade as instalações já existentes, sendo que a solução para a viabilização da mesma, passaria por uma unidade de execução, que começa a ser um “habitué”, nos processos de urbanismo da Câmara Municipal.

O que é certo, é que o Tribunal deu razão aos moradores, condenando o município a desocupar o espaço, num prazo de 30 dias, com multa de 40 euros/dia por cada dia de atraso no incumprimento da sentença. Porém, a remoção das vedações em volta dos 8 hectares de terreno, a demolição de algumas construções e a reflorestação do terreno com espécies arbóreas existentes em 1987, tarda em ser cumprida.

O Município contestou esta deliberação, argumentando que a anulação das suas deliberações não tinha como obrigatoriedade a retirada das vedações, demolição de construções e plantação de árvores.

Passados todos estes anos, tirando a retirada de algum entulho e lixo, tudo continua praticamente igual, edifícios cada vez mais degradados e vidros partidos, servindo ultimamente de local de treinamento das equipas cinotécnicas da GNR.

O Partido da Terra espera que a Câmara finalmente assuma a sua posição relativa aos terrenos do antigo aquaparque, nomeadamente se tem ou não intenção de cumprir a decisão do tribunal, para quando e de que forma. Mas, sobretudo que coloque em prática um projecto para a requalificação daquele espaço, já que última versão seria um jardim. Porém com a velocidade com que se muda de estratégia, possivelmente iremos ver o município a retomar o concurso de ideias sugerido pelo Vereador Sá Fernandes em 2009.

Independentemente da solução encontrada e decidida pelo município, O partido da Terra espera que os moradores sejam envolvidos e que aquele espaço seja restituído para usufruto dos lisboetas.

Disse!



